

# DISCURSO E CAPITAL HUMANO: A DIGITALIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A COVID-19

## DISCOURSE AND HUMAN CAPITAL: THE DIGITIZATION OF THE PUBLIC EDUCATION SYSTEM IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL DURING THE COVID-19

Vinícius Finger 1

Fernanda Machado Pereira 2

**Resumo:** Este artigo objetiva tecer uma análise sobre as práticas discursivas presentes na formação dos professores da rede pública estadual do Rio Grande do Sul-BR, durante a pandemia da Covid-19. Como o gerenciamento das atividades escolares à distância (online), foi pautada por agenciamentos da lógica de mercado aplicadas no ensino, tais como a responsabilização do sucesso escolar aos indivíduos (alunos e professores). A partir do conceito de Capital Humano, se analisa a relação entre os princípios ordenativos da discursividade neoliberal com as práticas de digitalização do ensino público. Para isso, a pesquisa se utiliza de conceitos da teoria foucaultiana de estudos discursivos e de governamento populacional biopolítico.  
**Palavras-chave:** Educação. Capital Humano. Discurso. Covid-19.

**Abstract:** This article aims to analyze the discursive practices present in the training of teachers in the state of Rio Grande do Sul (Brasil), during the pandemic of Covid-19. How the government organized school activities (online), and how teaching, and education was guided by the financial logic applied in such as the accountability of school success to individuals (students and teachers). Based on the concept of Human Capital, it analyzes the relation between the ordering principles of neoliberal discourse with the digitization practices of public education. For this, the research uses concepts from Foucault's theory of discursive studies and biopolitical population governance.

**Keywords:** Education. Human Capital. Discourse. Covid-19.

Pós-doutorado em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Diretor da Escola Estadual de Ensino Médio José Mânica, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6020976121337324>.  
ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-6384-8744>.  
E-mail: [vfinger2@hotmail.com](mailto:vfinger2@hotmail.com)

Mestra em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Graduada em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4075568212828284>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5166-3045>.  
E-mail: [pereiraf34@gmail.com](mailto:pereiraf34@gmail.com)

## Uma crise inesperada

No ano de 2020, o Brasil foi atingido pela disseminação microbiológica de uma nova espécie de coronavírus, a SARS-CoV-2. O novo vírus, foi pela primeira vez observado, na província de Wuhan na China em 2019, e sua transmissão entre a população provocou um surto da doença Covid-19 na região. Através de migrações e viagens internacionais, o novo coronavírus foi introduzido em diversos países do mundo. No Brasil, estudos recentes apontam sua introdução a partir de linhas aéreas provindas da Europa e da América do Norte (CANDIDO; CLARO; JESUS, 2020). No país, as medidas protetivas de controle do contágio (paralisação de atividades desportivas, institucionais e comerciais, proibição de aglomerações, quarentena, obrigatoriedade de medidas de distanciamento sociais e uso de máscaras em locais públicos etc.), foram tomadas inicialmente, quase que exclusivamente por governadores e prefeitos (EISENHAMMER; STARGARDTER, 2020). Considerando a falta de uma cura ou vacina na época da disseminação da doença, a situação da transmissão do novo coronavírus no país rapidamente atingiu níveis de uma pandemia.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul iniciou o processo de paralisação das atividades escolares a partir do dia 19 de março de 2020. Na portaria do Estado, declarava-se a paralisação das atividades presenciais nas escolas e creches públicas e particulares do RS, por quinze dias (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020). Não só as escolas, mas demais instituições de ensino, lazer e serviço público, iniciaram protocolos de paralisação ou alteração dos serviços adequados às medidas preventivas contra a transmissão do SARS-CoV-2. Com o aumento de casos de Covid-19 em todas as regiões do país e no Estado, a volta do ensino presencial foi adiada durante meses.

Este trabalho, não objetiva analisar todos os aspectos da pandemia provocada pelo novo coronavírus no país, nem nas instituições civis do Estado do Rio Grande do Sul. Antes, sua análise se limitava a um pequeno recorte discursivo, quanto aos princípios orientadores da adaptação curricular que a rede de ensino das escolas públicas sob gerência do governo do Estado. Para isso, analisamos as estratégias tomadas pela Secretária da Educação do RS, no que concerne o tipo de dinâmicas de ensino possibilitadas pela sua gerência das atividades escolares à distância durante a duração da pandemia. Nos referimos, ao conjunto de enunciados verificadores das ações de formação educacional, propostas ou inerentes às atividades de ensino ofertadas aos professores no período.

Como processos de verificação, entendemos a relação entre a produção do saber com a reprodutibilidade institucional deste como codificação de uma “verdade”. No caso, não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulem entre os enunciados científicos” (FOUCAULT, 2016, p. 4). As vídeo-aulas e palestras de formação para o ensino à distância durante a pandemia, que foram ofertadas aos professores da rede pública, são passíveis de serem desconstruídas analiticamente, através da observação do funcionamento discursivo de práticas de poder sobre o saber pedagógico. No sentido, que as falas, visualidades e ordenamentos do saber educativo, se atrelaram a práticas disciplinares de reprodução de uma específica lógica econômica promovida pelo governo do Estado. Algo, que não pode ser tomado como a expressão das decisões únicas de uma pessoa (o governador) ou grupo (a Secretaria de Educação), mas a manifestação prática de uma determinada formação discursiva. Assim é importante lembrar que:

Onde há poder ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (FOUCAULT, 2016, p.137).

Um dos elementos que se fez presente nesse novo engendramento do poder disciplinar da educação pública do Estado, foi a utilização maciça das tecnologias digitais na organização das práticas de formação dos professores. A constituição desse espaço *online* na internet, apresenta novas práticas de ação do gerenciamento do ensino público no Rio Grande do Sul. Essa relação entre sujeitos e instituições através da internet, precisa ser pensada como um novo

modo de prática do poder de governo. A internet ou a própria relação do indivíduo com esse mundo *online*, caracteriza um tipo específico de experiência de mundo, filtrado pelas tecnologias digitais. Como aponta Zygmunt Bauman, temos uma nova dicotomia de controle sobre o mundo, pois:

No mundo *online*, eu sou responsável e estou no controle. *Online*, sinto que sou o administrador das circunstâncias, aquele que estabelece a agenda, recompensa a obediência e pune a indisciplina, que detém a arma do banimento e da exclusão. Eu pertenço ao mundo off-line, enquanto o mundo on-line pertence a mim. Passar do mundo off-line para o on-line assemelha-se a entrar num mundo obediente à minha vontade, pronto e ansioso por concretizar meus desejos (2017, p. 102).

Através do mundo *online* eu viajo e vivo experiências antes impossíveis. O mundo *online* é diferente do mundo *offline*. Um mundo no qual, através de um clique, tudo que a pessoa deseja aparece na tela, onde pode-se navegar por diferentes sites, conversar com qualquer pessoa de qualquer lugar, fazer compras, ter acesso a notícias, enfim, um mundo que se abre diante dos olhos com inúmeras possibilidades. Para aqueles que têm acesso a essas informações, basta um clique, e novos mundos são conhecidos pelos internautas. Como nos explica, Néstor Canclini:

[...] se falamos de internauta, fazemos alusão a um agente multimídia que lê, ouve e combina materiais diversos, procedentes da leitura e dos espetáculos. Essa integração de ações e linguagens redefiniu o lugar onde se aprendiam as principais habilidades – a escola – e a autonomia do campo educacional (2008, p. 22).

Entretanto, essa aparente liberdade de escolhas oferecidas pelo mundo *online*, não é neutra nas ordenações do poder. A internet possibilita escolhas por design, ou seja, apenas possibilita as finitas possibilidades de navegação ofertadas pela própria rede. Apenas as escolhas postas pela rede são possíveis durante a navegação. E se, de fato, são múltiplas as escolhas possíveis, não necessariamente elas são escolhas livres do gerenciamento da navegação *online*. Falamos, então, não de uma liberdade da vontade, mas a produção de uma percepção de liberdade no mundo *online*. Essa prática de oferta de múltiplas escolhas ao sujeito consciente de sua individualização *online*, projeta sobre ele o “medo de ficar por fora”. A expressão, “FoMO” (*fear of missing out*), surgiu nos anos ‘90, e reflete uma das sensações mais comuns ao internauta, o medo de que ele esteja perdendo outras oportunidades ou prazeres ao escolher uma das suas opções ofertadas (MARIANO *et al.*, 2019, p. 118). É uma estratégia de promoção da competitividade comum no modelo neoliberal de consumo. De acordo com, Cruz e Saraiva, “para uma racionalidade “neoliberal”, que visa a uma liberdade pensada, produzida e exercitada, que se mostra sob a forma de “competição” (2012, p. 35). Ou seja, o neoliberalismo busca maximizar a competição, produzindo liberdade para que “todos” queiram e possam participar do jogo econômico”. A liberdade ofertada com essa múltipla escolha de possibilidades de uso e interesse no mundo *online*, funciona assim, como estratégia de captura econômica do viver digital.

Por isso se faz interessante analisar os discursos sobre a educação digital nesse contexto, pois suas práticas de verificação dos saberes sobre o ensino, estão atrelados a determinadas formas de ser e pensar a partir de princípios do mercado econômico. Discursos entendidos como práticas de constituição do mundo, composto por ditos ou enunciados que se “apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1986, p.135). Em um momento de comunicação digitalizada, é possibilitado ao pesquisador escritos, ditos e visualizações interessantes como documentação. Pelos quais podemos indagar quais as formas de saber-poder e processos de tornar verdade (verificação), são pautadas as propostas educativas da rede pública estadual atualmente.

### Capital Humano: *financeirização da vida*

Desenvolvido na década de 1950, pelo economista norte americano Theodore W. Schultz, o conceito de Capital Humano é encontrado com facilidade em sites, artigos e falas empresariais contemporâneas. Em sites de empreendedorismo como o *Kenoby*, seu uso comum é definido como o “conjunto de hábitos, conhecimento, habilidades sociais e de personalidade (incluindo criatividade) incorporados na capacidade de uma pessoa em realizar seu trabalho, de modo a produzir valor econômico” (c2020). Trata-se, a bom resumo, de uma interpretação utilitarista do conhecimento humano, de seu aspecto útil à produção do capital.

Nos últimos anos, as relações de trabalho passaram a promover uma maior proximidade da subjetivação do trabalhador com os interesses do mercado econômico. No sentido, que não basta a este trabalhador, simplesmente vender seu tempo e habilidade a uma empresa, mas necessário se faz, uma específica constituição de si, em conformidade com os valores do capitalismo. Assim, que a flexibilização de horário do trabalho e maior autonomia produtiva, o estímulo por novas ideias ou por pensamentos “fora da caixa” etc., tornaram-se lugar comum nos enunciados do mercado de trabalho. Muitas vezes, tais alterações servem como disfarce para a precarização do trabalho. Modo pelo qual, percebe-se que “o trabalho vai sendo desregulamentado e precarizado. Os sonhos de liberdade acabam por tornarem-se pesadelos de insegurança, que mais uma vez beneficiam o capital” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 926).

O que é proposto por esse processo, é uma maleabilidade do espaço do trabalho, para englobar não apenas a fábrica ou empresa, mas também, o espaço do privado e do subjetivo do ser vivente. Uma precarização do lugar social do trabalhador, que se dá em diversas áreas como: a transferência de atividades do vínculo empregatício de uma empresa para prestadoras de serviços independentes, salários reduzidos ou condicionados a metas produtivas, o endividamento, a falta de leis trabalhistas ou ações governamentais de rede de proteção social, assim como, a responsabilização do sujeito de seus próprios sucessos e fracassos (o empreendedorismo de si). De acordo com Andrea Fumagalli, testemunhamos atualmente, um tipo de “biocapitalismo cognitivo”, no qual:

[...] a insegurança no emprego é, em primeiro lugar, subjetiva, ou seja, existencial, quer dizer, generalizada. É uma condição subjetiva, uma vez que entra diretamente na percepção do indivíduo de forma diferenciada, dependendo das expectativas, do imaginário e do grau de conhecimento (cultura) possuídos. É uma condição existencial, pois é onipresente[...].” (2013).

Essa dinâmica econômica de gerenciamento do trabalho, pautada pela lógica financeira ou de *financeirização da vida*, avalia a utilidade de uma vida, a partir de suas capacidades produtivas. Sendo a vivência de cada ser, considerada por estas utilidades financeiras. Considerando que o entendimento de poder aqui tomado, é dele como uma prática que “se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas” (FOUCAULT, 1975, p. 29). As práticas de poder dentro do sistema neoliberal, se constituem como um governo dos seres, cujo objetivo é a produção de capital para poucos, às custas da exploração e da infelicidade de muitos. Não é o simples domínio de uma classe dominante ou do Estado, sobre os trabalhadores, mas uma complexa reprodutibilidade das formas de poder econômico imanentes à possibilidade do viver e do trabalho.

O liberalismo surgido no século XVIII e o neoliberalismo desenvolvido no século XX, constituem formas de racionalidade da arte de governar economicamente que, apesar de algumas continuidades, apresentam marcantes descontinuidades. Com essas mudanças, passamos então ao que se conhece por neoliberalismo, onde há liberdade de mercado, consequentemente influenciando o trabalho de muitos. Em seus estudos, Michel Foucault, aborda as formas discursivas do neoliberalismo, a partir de suas proposições de governo dos sujeitos em uma sociedade. Para ele:

[...] de um ponto de vista político, o neoliberalismo nada mais é que uma cobertura para uma intervenção generalizada e administrativa do Estado, intervenção tanto mais pesada quanto mais insidiosa e quanto mais se mascarar sob os aspectos de um neoliberalismo (2008, p. 179).

Ou seja, as práticas econômicas do neoliberalismo, constituem uma revolução das tecnologias de governo da sociedade. Sua defesa repetida de um “Estado mínimo”, funciona como estratégia de diminuição do espaço civil de uma vivência social. Enquanto, que por outro lado se desenvolvem modos de governo, não atrelados aos tradicionais aparelhos de Estado, mas a práticas econômicas de mercado. De maneira que se governa mais e de modo mais insidioso a vida dos sujeitos, pois através do gerenciamento do mercado do trabalho, promove-se processos de subjetivações econômicas aos indivíduos. Assim, “o desenvolvimento da sociedade moderna e das novas relações de produção capitalistas tiveram a necessidade de toda uma tecnologia de poder que age de modo a gerir e a controlar as multiplicidades humanas” (DANNER, 2010, p. 156). Ela produz uma biopolítica da espécie humana, um gerenciamento da vida produtiva através da estruturação de um sistema econômico produtor de subjetivações.

O neoliberalismo se difundiu na contemporaneidade através da “escola econômica de Chicago”, defensora de um tipo de *anarcocapitalismo* de mercado e do ínfimo controle do governo nos ditames econômicos de um país. Esse “ultraliberalismo” ou neoliberalismo americano, procura “ampliar a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a campos não exclusivamente ou não primordialmente econômicos” (FOUCAULT, 2008, p. 438-439). Visiona o mercado econômico, como um espaço de trocas dinâmicas de investimento e interesse entre agentes múltiplos. Contudo, sua ação se pauta na necessidade da reprodução da desigualdade, a modo de sustentar tal constante movimento de troca. Dessa forma, que:

Para os neoliberais, introduzir o mercado como princípio regulador significa fazer da concorrência, e não da troca, o princípio regulador da sociedade. Do mesmo modo, na concepção neoliberal, a concorrência não é o resultado de um “jogo natural” dos desejos, dos instintos, dos comportamentos. Ela é mais um “jogo formal” entre desigualdades, um jogo que deve ser instituído e continuamente alimentado e sustentado (LAZZARATO, 2011, p. 17).

Nessa lógica, portanto, a concorrência passa a cada vez mais fazer parte do cotidiano do trabalho. Concorrência ampliada pelos espaços do trabalho no mundo *online*, na condição de que o trabalhador digitalizado, se relaciona sozinho com sua tarefa digital. Como avaliar se ele está produzindo mais ou menos que seus colegas? Essa consciência de estar em um espaço competitivo, mas sem poder observar ou conviver com seus competidores, não só aumenta a insegurança de quem trabalha, como também impede a formação de uma organização cooperativa profissional ou de classe (sindicatos). É um novo tipo de trabalho, por excelência imaterial, no qual o sujeito não tem que fazer grande esforço físico, mas tem sua formação psicológica constantemente pressionada. Nesse contexto, a educação através dos espaços *online* (EAD, vídeo-aulas etc.), também é organizada através dos mesmos aspectos da concorrência. Estudar, aprender, não é posto ao estudante como a formação de si mesmo, mas como um grande investimento em si. A produção de um Capital Humano.

Investir em Capital Humano não seria somente investir em cursos e estudos, mas também em tempo para se preparar para seu futuro como trabalhador.

Se inovação existe, isto é, se se encontram coisas novas, se se descobrem novas formas de produtividade, se se fazem invenções de tipo tecnológico, tudo isso nada mais é que a renda de um certo capital, o Capital Humano, isto é, o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem (FOUCAULT, 2008, p.318).

Com esses investimentos em Capital Humano, que engloba competências, habilidades, criatividade, investimento em si mesmo, dentre outros fatores, cria-se a partir daí expectativas de ganhos e melhores oportunidades de trabalho. O que aqui se coloca é a produção de vivências de trabalho movidas pelo gerenciamento de si mesmo visando sua formação como instrumento de produção de capital. O trabalhador é posto como “colaborador” ou “empreendedor”, e sua busca existencial pelo saber, condicionada por um “empreendedorismo de si”. Esse *homo economicus* do neoliberalismo “é um ‘átomo’ de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício, excluindo explicitamente todos os demais valores e interesses (HAMMAN, 2012, p. 101).

Como colocou, Danielle P. de Oliveira (2015, p. 39), é neste contexto, que o sistema de ensino escolar, é confrontada com a pressão inesgotável para formar um sujeito que deve estar à frente do seu tempo e assumir o compromisso de ser, cada vez mais, melhor e mais esperto, alcançando sempre novas conquistas. Nota-se que as escolas também vêm sendo pressionadas para formar alunos que consigam atender as demandas da sociedade, ou seja, alunos que sejam capazes de subjetivar os valores do empreendedorismo de si em sua formação educacional.

Sujeitos empreendedores de si, que invariavelmente acabam sendo responsabilizados pelos seus próprios sucessos ou fracassos econômicos. Na condição de pensamento economicista, evita a crítica ao lugar social do trabalho e a interconectividade de um indivíduo com seu contexto econômico. Segundo Leal (2009, p. 37-39), existem características diferentes do sujeito empreendedor de si: um, de cunho economicista, associado à inovação e criação de bens materiais, e outro, de cunho comportamentalista, associado ao sujeito criativo, produtivo, às suas características intelectuais e capacidade de trabalho. Pode-se dizer que essas duas características sempre aparecem em conjunto.

Para López- Ruiz, as pessoas passaram a ver o que antes era tido como “gastos”, para investimentos em si mesmo. O conceito de Capital Humano, produz um tipo de engajamento no sujeito, que o move a gastar “dinheiro” (com cursos motivacionais, palestras de *coaching*, livros sobre empreendedorismo e autoajuda etc.), para poder fazer “dinheiro”. Entretanto, o retorno não é garantido. Na verdade, é apenas uma possibilidade atrelada ao sucesso dessa formação. Afinal, o que um palestrante motivacional ou *coaching*, vendem de fato? E os momentos de lazer? De que modo uma viagem, intercâmbio ou passeio podem se configurar em possibilidades de ganhos? A dinâmica utilitarista do Capital Humano, move o sujeito a validar suas experiências através dessas possibilidades de ganho. Maneira, pela qual os “gastos já não encontram mais uma finalidade em si, que se realizaria num momento presente (o do consumo): a sua finalidade passa a ser a produção de benefícios no futuro – de supostos maiores benefícios no futuro” (LÓPEZ- RUIZ, 2007, p. 28).

A relação do estudante com seu ensino, também é atrelado a essa perspectiva economicista. Ele, tal como o trabalhador, deve tratar os seus momentos de lazer, apropriação cultural e estudo, como práticas de “capacitação”. Frente a isso, “cada pessoa deve – porque é economicamente conveniente, mas também porque é ‘moralmente bom’ – aumentar suas habilidades, competências e destrezas a partir de ‘investimentos’ constantes” (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 62). Formar Capital Humano, se reproduz como prática de governo, quando alunos são instigados a se “pensarem” como empreendedores de si. Esse discurso economicista na educação, promove o estudo como um método de investimento da própria pessoa, em sua potencialidade como instrumento de produção de riqueza. Formação discursiva, que cada vez faz mais parte da vida empresarial e educacional dos trabalhadores ou estudantes (futuro trabalhador). Alguns indivíduos buscam tornar-se empreendedores no caso da internet para obter mais status, obter aprovação de outros, satisfação consigo mesmo. Vidal e Santos, apontam como a autorrealização existencial moderna, é vista como fator relacionado ao sucesso econômico, “através do relato de sua história de vida e da identificação de características pessoais empreendedoras do gerente-proprietário, constatou-se que uma força propulsora movimentava o seu ser: a necessidade de auto realização” (2003, p. 14).

Essa autorrealização tem feito parte do dia a dia de muitos e vem contribuindo para que

o perfil do estudante/trabalhador empreendedor, esteja em alta. Busca-se cada vez mais um perfil de liderança em várias áreas, não à toa, começamos a observar propagandas em canais de televisão, por vezes, de entidades governamentais, onde são destacados o empreendedorismo estudantil. É evidente a importância que vem sendo dada para esses discursos na educação dos futuros trabalhadores.

### Nosso novo Titanic: o mundo *online* é um bote salva-vidas?

Com o título “2020 - Novo Cálculo da Rota”, o primeiro webinar da *Jornada de Atualização Pedagógica – 2020*, produzido pela SEDUC-RS em seu canal do Youtube às 14h no dia 15 de junho de 2020, foi transmitido ao vivo para todos os professores da rede pública estadual. É necessário entender que a dinâmica desse tipo de evento virtual no Youtube, permite a participação dos espectadores pelo chat da página e a gravação do vídeo. Ao longo de toda a semana seriam transmitidas, palestras virtuais do mesmo tipo no mesmo horário pelo canal da SEDUC-RS durante a pandemia da COVID-19. Elas teriam o papel de apresentar as propostas iniciais da SEDUC-RS, para o gerenciamento das aulas através das plataformas digitais. Primeiramente, a diretora do departamento pedagógico da SEDUC-RS, apresentou-se como mediadora da palestra *online* e expôs os principais aspectos das ações necessárias durante o período.

Esse momento excepcional, nos exige muitas *transformações*. Essas transformações estão acontecendo em nosso dia a dia e elas vão desde o nosso modo de nos relacionar com as pessoas (usando as tecnologias que seriam impensáveis 20 anos atrás), até a nossa relação com o *trabalho* e com o desenvolvimento de *competências*. (<https://www.youtube.com/watch?v=LCQJG0foWBE&t=294s>)<sup>1</sup>.

Logo, foi passada a palavra para a palestrante do dia, que se apresentou como professora universitária, analista comportamental e *coaching*<sup>2</sup>. De princípio a palestrante apresentou sua visão para a crise do momento, “é assim que eu enxergo 2020, uma transformação gigante, uma enorme onda”.

A minha proposta hoje, é que a gente possa pensar como nós estamos diante de tudo isso [...] tantas *possibilidades* que nós não imaginávamos dessa onda pra 2020. Falava-se tanto de uma sociedade 4.0, 5.0, mas isso foi extremamente acelerado. E na verdade, eu não gosto muito de pensar assim: ‘nossa, mas já tivemos várias epidemias, a gente vai sair dessa!’. Eu acredito que sim, piamente. Mas isso tá acontecendo é conosco! É comigo, é contigo, é com todos que estão aqui. É esse ambiente, é esse mundo, é esse planeta! Então, não faz muito sentido. Eu posso olhar para trás e ver as coisas boas que aconteceram, mas o melhor de tudo é poder refletir como é que eu tô me vendo, como é que eu tô transmitindo as minhas emoções, como é que eu tô trabalhando nesse universo (<https://www.youtube.com/watch?v=LCQJG0foWBE&t=294s>).

O exemplo marítimo (de uma onda que promete nos afogar) usado para abordar o momento de crise, é ampliado com a explanação da palestrante sobre o desastre do Titanic ocorrido em 1912. Segundo ela, o episódio do Titanic, “me faz pensar no poder da informação. Ele faz pensar, esse episódio, e como tudo aconteceu e o quanto a informação era algo que permeava essa situação e talvez as pessoas não tivessem se dado conta disso” (<https://www.youtube.com/watch?v=LCQJG0foWBE&t=294s>). Depois da marca de 35 minutos do webinar

1 Todas as palavras em itálico nas falas dos webinar da SEDUC-RS aqui reproduzidas, foram destacadas pelos autores do artigo.

2 Não é de nosso interesse expor nenhum profissional, por isso tomamos o cuidado de não utilizar nenhum nome. Há de ser considerado, porém, que estes são documentos públicos e possíveis de serem visualizados por qualquer um na página de Youtube da SEDUC-RS.

(que duraria 1 hora e 11 minutos no total), ao se constatar que a palestra consistia em uma mistura de sessão de terapia coletiva com discurso motivacional, ficou aparente no chat aberto do webnário o descontentamento dos professores. São destacadas aqui falas como: “Até agora não consegui anotar nada de prático...”; “Como levar para os nossos alunos as atividades *online* se eles não têm muitas vezes luz em casa?”; “Como estamos? Nos sentindo angustiados, cobrados excessivamente, sem poder respirar, com 2 escolas não é fácil dar conta”; “Sinceramente... qualquer professor que está enfrentando essa pandemia com as aulas programadas pode falar BEM MELHOR sobre o assunto”; “No Titanic só os ricos sobreviveram, os proletários morreram de hipotermia”; “Agradeço a preocupação com nossa saúde mental, mas já chega de balela. Temos sede de aprender! Queremos saber tudo que o classroom tem de recursos e como explorar da melhor forma!”; “Muita conversa sem sentido e nada de objetividade. Onde está a formação? Onde está a visão científica? Por favor, não subestimem a capacidade dos professores”.

Era notável a decepção de professores – que esperavam informações práticas sobre o funcionamento das tecnologias digitais – com a dinâmica motivacional da proposta. Apesar do sentido da mórbida analogia da palestrante não ter sido bem recebida por muitos dos professores-espectadores. Ela revela o intento de associar o momento de crise, com a necessidade de mudança nas práticas de ensino:

Ainda nessa história do Titanic, talvez um dos pontos mais relevantes para o processo todo do naufrágio, é que alguns pesquisadores dizem que, se o vigia que viu o iceberg, tivesse gritado, sinalizado, dito alguma coisa cerca de trinta segundos ou um minuto antes, poderia ter dado tempo. Poderia ter dado tempo de virar o navio inteiro e talvez o estrago fosse menor (<https://www.youtube.com/watch?v=LCQJG0foWBE&t=294s>).

A palestra conclui sua explanação com “dicas” para o gerenciamento pessoal das emoções dos professores em meio a tarefa de produzir dinâmicas pedagógicas com seus alunos, através das ferramentas *online*. Aponta que, “é bem importante, nós nos conectarmos conosco mesmos e até mesmo admitirmos, ‘acho que estou com medo’, ‘acho que estou inseguro(a)’, mas daí o que que eu faço com isso? *Auto-gestão*” (<https://www.youtube.com/watch?v=LCQJG0foWBE&t=294s>).

O circuito de webinários que se seguiu ao longo dos meses de junho a setembro, teve essa fala inicial como eixo narrativo da digitalização do ensino. No qual, se pode observar a defesa de novos paradigmas para o ensino. Essa defesa do “novo” por parte da SEDUC-RS, se deu através dos seguintes pontos. Primeiro, a digitalização da educação iria ocorrer eventualmente, a pandemia apenas acelerou sua necessidade. Segundo, esse é um momento de crise, mas também é de novas oportunidades para a formação profissional dos professores e alunos. Terceiro, a digitalização do ensino, favorece a autonomia do estudante. Quarto, não é uma questão apenas de domínio tecnológico, o professor deve alterar seu *método* de ensino (ele deve se colocar como “curador” ou mediador entre o saber e o aluno). Quinto, essas mudanças vieram para ficar, entramos no mundo 4.0 (*capitalismo informacional* – Quarta Revolução Industrial).

O que vemos, não é a simples adaptação tecnológica do ensino, mas uma nova estruturação dos princípios fundantes do fazer pedagógico. Afinal, quando se coloca esse processo a partir de metodologias ativas, se defende estas adaptações como a proposta de “um aluno mais *protagonista* e um professor mais *orientador*” (<https://www.youtube.com/watch?v=e4BlgRdFeXQ&t=1719s>). A proposta aparenta se constituir, como uma defesa de um ensino libertário. Entretanto, esse protagonismo do aluno não é visionado apenas em seu fazer constitutivo, mas na sua relação com o conhecimento. Pois, se o aluno deve agora focar sua relação com o saber diretamente pelo mundo *online*, e ao professor, caberia apenas orientar ou mediar essa interação, o papel do professor-produtor de um saber é eliminado. Nesse sentido, qual seria a diferença do fazer de um professor especialista de um simples moderador de estudos? Neste novo paradigma de ensino digital, qual é a necessidade de um professor capaz

de produzir saberes que sejam capazes de adaptar o conhecimento para o contexto social e de ensino do aluno? Vislumbramos um novo modelo de ensino, no qual se promove a diminuição do professor. Dentro do qual, a formação de especialista é tornada irrelevante. Um processo que apresenta como novo paradigma o entendimento de que:

O aprendizado não se dá na entrega do conteúdo! Não se dá na gravação ou na superprodução de um vídeo. Não se dá na apresentação de conteúdos em slides coloridos ou animados. O aprendizado se dá no *caminho*. E as tecnologias estão por aí pra possibilitar que os alunos possam escolher caminhos diferentes. Imaginem que legal, a partir das novas tecnologias, os alunos terem a *autonomia* de poder buscar no Youtube o vídeo que mais lhe agrade. A tecnologia acaba possibilitando, uma quantidade de caminhos, de escolhas muito interessante para os nossos alunos. E cabe a nós professores, possibilitar essa aprendizagem personalizada, despertando interesse pelo conteúdo e fazendo uma *curadoria* de conteúdo. ([https://www.youtube.com/watch?v=431RG\\_ZpPOk&t=24s](https://www.youtube.com/watch?v=431RG_ZpPOk&t=24s)).

No decorrer das semanas, tivemos com mais precisão o projeto de formação dos professores para ensino digital ofertada pela SEDUC-RS. O curso para professores foi dividido em oito etapas de uma “trilha”: *Encontrando o caminho; Aquecimento e inspiração; Classroom pra que te quero!; Forms e colaboratividade no meu caminho; Querendo mais; Gameficando os problemas; Personalizando o aprendizado; Celebrando nossa jornada*.

A primeira etapa, “*Encontrando o caminho*”, constitui-se de cinco webinários. O já referido “2020 - Novo Cálculo da Rota” e os demais encontros digitais: “Metodologias ativas”, “Planejamento de aulas remotas”, “Avaliação em tempos de pandemia” e “Tecnologias na educação”. Nas quais foram propostas as propostas pedagógicas e as potencialidades das tecnologias *online* para o ensino. Foram, palestras generalizantes, específicas para explicar a organização sistemática com as escolas e a SEDUC-RS, dos padrões específicos de avaliação, produção de atividades, calendário de atividades e ferramentas adicionais de ensino digital. Nelas descobrimos que o espaço digital central para a proposta de ensino *online*, é a ferramenta pedagógica do Google *Classroom*.

A segunda etapa, “*Aquecimento e inspiração*”, se desenvolveu através de videoaulas menores e mais específicas, de explicação e exemplificação das tecnologias pedagógicas disponíveis na plataforma Google e na internet como um todo. Foram as aulas “Estratégias para as aulas remotas”, “Tecnologias para a educação inclusiva”, “Educação midiática e cidadania digital”, “Tecnologias educacionais para Anos Iniciais”, “Tecnologias educacionais na prática”, “Orientações sobre matrizes de referências”, “Por dentro do Google Sala de Aula”. Ela foi continuada com os webinário da terceira etapa, “*Classroom pra que te quero!*”, nesse momento o foco se voltou para o ensino das ferramentas do Google Classroom: “Visão geral do Google sala de aula”, “Gestão da conta educacional”, “Aulas síncronas com o Google Meet”, “Primeiros passos no Google sala de aula”, “Explorando recursos no Google sala de aula”.

A quarta e quinta etapas, “*Forms e colaboratividade no meu caminho*” e “*Explorando mais recursos*”, constituíram uma explanação detalhada das ferramentas do Google: “Realizando pesquisas com o Google formulário”, “Avaliações com o Google formulário”, “Arquivos na nuvem – Google Drive”, “Criando exercícios e materiais didáticos com o Google Docs”, “Criando aulas incríveis com o Google apresentações”, “Manipulando cálculos com o Google planilhas”, “Google Documentos, Apresentações, Formulários, Classroom”. A sexta etapa, “*Gameficando os problemas*”, foi constituída de um minicurso de utilização de vídeo games como ferramenta educativa: “Atividades gameficadas”, “Aprendizagem baseada em problemas” e “Sala de aula invertida”.

A sétima etapa, “*Personalizando o aprendizado*”, apresentou ferramentas do Google *Classroom* específicas para as disciplinas de ensino escolar: “TICs educacionais – Recursos para Língua portuguesa; Línguas estrangeiras; Ciências da natureza, química, física e biologia; Artes;

Educação física; História e geografia; Matemática e; Alfabetização”. A última etapa, “*Celebrando nossa jornada*”, foi pensada como uma celebração desse processo, com webinário nos quais professores da rede pública são convidados a partilhar exemplos de seus sucessos na aplicação das novas tecnologias do mundo *online* no ensino.

É aparente que o foco da maioria dos webinários foram as explicações técnicas sobre o funcionamento das ferramentas *online* da Google, que podem ser adaptadas como instrumentos pedagógicos. A percepção de todo o processo, também, possibilita apontar como foram as primeiras falas do primeiro webinário, que de fato, pautaram toda a digitalização do ensino da rede pública estadual do RS.

### **O diabo está nos detalhes...**

Já dizia o antigo ditado saxão (*the devil is in the details*), o mais insinuante de toda a *Jornada...* para a digitalização do ensino no RS, é o seu silêncio quanto um dos aspectos mais relevantes do ensino, a crítica. Há de se considerar a necessidade da organização de uma nova plataforma de ensino *online*, por parte do governo Estatal, durante a pandemia. Sobre isso é importante reconhecer a velocidade com que a SEDUC-RS foi capaz de drasticamente alterar os sistemas de organização do ensino público do Estado. Assim, como a introdução de ferramentas digitais da plataforma Google na educação pública, não constitui nenhuma prática nefasta para o ensino, pelo contrário. Pode proporcionar novas possibilidades para o ensino científico, na condição de que o acesso à internet e às tecnologias digitais sejam proporcionadas para todos os alunos (essa foi uma das promessas da SEDUC-RS).

Entretanto, é preocupante o esvaziamento filosófico da prática pedagógica nesse processo de digitalização da escola pública rio-grandense. Principalmente, quanto aos aspectos éticos e políticos do fazer professoral. Tanto pela falta de debates sobre a promoção de um ensino que instigue os alunos ao pensamento crítico, quanto por não considerar o professor como um especialista científico, capaz de produzir saberes originais e de críticas sociais sobre o contexto em que atua. Ao atrelar o processo de digitalização com as práticas econômicas do neoliberalismo contemporâneo, a digitalização promovida pela SEDUC-RS, afirma também, que não há espaço para uma pedagogia crítica na educação pública. E não nos enganemos:

[...] os professores devem evitar a armadilha de se transformar em um veículo para a imposição de violência simbólica e intelectual. Ao contrário, devem abraçar sua responsabilidade como intelectuais públicos e imaginar a educação como um projeto democrático, rejeitando definições reducionistas de seu papel que os restringem aos limites da mera transmissão do currículo (NOULA, 2018, p.869-867).

Pois, o fazer de ensino é não apenas uma necessidade econômica (biopolítico), de produção/disciplinarização de uma classe trabalhadora e consumidora. Ele é também, e de modo mais relevante para a sociedade, uma das bases da construção de uma sociedade mais justa e democrática. E essa tarefa, não pode ser tomada como um ideal vago e despolitizado. Ela é inerente à própria formação de professores e alunos. Podemos até retornar à filosofia hegeliana, fundante para a filosofia moderna, para podermos expressar a afirmação material de que o trabalho é uma característica especial à espécie humana. Através dele superamos nossas limitações animal/biológicas e produzimos a materialidade de uma sociedade. Exatamente por isso, o trabalho que constituiu a materialidade da vivência de um sujeito (lhe dá alimento, moradia, ferramentas etc.), também promove a socialização de sua produção (estradas, pontes, eletricidade etc.). Nesse sentido, que “o que o indivíduo faz para si torna-se um fazer para toda a espécie” (HEGEL, 1991, p. 182). A formação de indivíduos aptos a pensar de modo crítico seu meio social e as condições de seu trabalho, beneficia não só a ele, mas a sociedade onde ele está inserido.

É perigoso, que seja separada a formação do aluno para o mercado de trabalho ou

ENEM/vestibular, de sua formação ética e política. O aluno, vai ter sua relação com seu contexto social, dado majoritariamente, pelas condições de seu trabalho. Seu fazer social, ético e político, estará atrelado às condições materiais de seu trabalho e sustento. Por isso, este aluno deve ser instigado ao pensamento crítico, capaz de interpretar e imaginar meios de vida que possam contrapor as constantes pressões do poder econômico sobre ele. Principalmente, no que condiz às suas práticas de consumo. Da mesma maneira, a atividade do professor, não pode ser esvaziada, de sua prática de crítica social e científica sobre o saber que ensina.

Enquanto, se realizavam os webinários, na mesma página do Youtube, foram produzidas dezenas de vídeo-aulas pela SEDUC-RS. A partir do mês de junho, a Secretária da Educação realizou “testes” e entrevistas com professores indicados por escolas de toda rede pública, a fim de produzir vídeo-aulas específicas para o Ensino Médio. Intitulados como “Pré-Enem{...}” e divididos por episódios focando as disciplinas básicas da grade curricular do ensino público, os vídeos foram produzidos semanalmente. São descritos como um auxílio aos professores e principalmente alunos do último ano do Ensino Médio. Com o lema “Partiu passar?”, para o espectador que assiste aos vídeos, rapidamente se faz perceber, que as dinâmicas de ensino dos vídeos são objetivas e focadas na transmissão direta de conteúdos, datas e informações para a realização das provas de vestibular, ENEM ou concursos.

Não é a falta de qualidade das exposições ou das informações das vídeo-aulas que causa espanto (pelo contrário, temos de reconhecer a excelente qualidade de produção das vídeo-aulas), mas sim, o esvaziamento da crítica e do papel de produtor do saber do professor. O conhecimento é colocado como um produto a ser consumido, uma informação a ser memorizada. Nelas, como em *cursinhos* pré-vestibulares:

[...] o docente utiliza técnicas que envolvem memorização “pura e simples”, como as “aula-show” e até paródias que usam conteúdos de matérias como química, física e matemática que envolvem fórmulas, ou biologia que tem muitos nomes, estratégias que não deixam espaço para a discussão (TONDIN, 2018, p. 100).

A grande recompensa de memorizar o conteúdo para o aluno, seria passar no ENEM/ vestibular - e conseqüentemente, conseguir uma formação universitária, o que indicaria maiores salários, o que indicaria mais poder de consumo, o que indicaria uma elevação social etc., enfim, todo atrelamento de produção e consumo do capitalismo contemporâneo. “Trata-se, portanto, de um ensino e aprendizagem marcadamente pragmático e utilitarista” (TONDIN et al, 2018, p. 100). Estilo de ensino originário não das práticas escolares, mas de *cursinhos* pré-vestibulares preocupados com um objetivo específico e próximo: *passar na prova*. Sentido pelo qual, suas didáticas, não possuem a preocupação com a promoção do pensamento crítico racional, existencial e desconstrutivo.

Sobre isso nós perguntamos: para que serve, então, o ensino? Por qual motivos deveria o indivíduo buscar o conhecimento? Simplesmente para a satisfação de uma lógica utilitarista de crescimento econômico? Nos parece que o estudo da ética e da crítica política, são inerentes à promoção de uma vida minimamente digna e independente. Se não fosse por isso, de que modo poderia o filósofo/professor se dedicar ao estudo da ética com seus alunos na escola? De que maneira, poderia o biólogo/professor convidar seus alunos a pensar sobre a ética ambiental de uma economia que polui nosso habitat natural e destrói ecossistemas? De que modo, o sociólogo/professor, poderia indagar aos seus alunos a reprodutibilidade da desigualdade social? Sua justiça e sua produção de sofrimentos? De que modo, o químico/professor, poderia instigar seus alunos a pensar o sistema de alimentos processados e a saúde pública de nossa sociedade? Entre tantos outros exemplos do fazer professoral ético-político na escola.

Sabemos que a inclusão educacional promovida pela coisa pública no Brasil nos últimos anos, pautou-se em larga medida em políticas públicas inspiradas em práticas econômicas neoliberais. Essa, biopolítica escolar, entende o objetivo final do sistema de ensino, desde as creches e escolas, até universidades e cursos técnicos, como a produção de corpos disciplinados para as práticas econômicas do trabalho. Ou seja, a produção de uma mão-de-obra qualificada

para o contexto industrial desejável pela economia de mercado. Sendo que, nestas práticas de inclusão educacional:

[...] o papel de protagonismo das relações de aprendizado é apostado nos que possuem elementos biológicos e culturais dos investimentos, os quais favorecem a ampliação de suas capacidades ao longo da vida, fazendo parecer que, embora haja essa distinção, há uma livre concorrência entre ambos, tirando todo o peso das artes de governo, das instituições do Estado de reivindicar um lugar mais digno às minorias encampadas pela inclusão (MATOS, 2019, p. 43).

Maneira pela qual, a instrumentalização das didáticas, de modo superficial e atrelado a uma pedagogia de cursinho pré-vestibular, faz apenas esvaziar o fazer social dos professores e aumentar a exclusão dos alunos com dificuldades de aprendizado (sejam elas de origem social, econômica, emocional, psicológicas, neurológicas, físicas etc.). Se considerarmos, como posto nas falas dos webinários promovidos pela SEDUC-RS, que a digitalização da educação é uma “onda que chegou para mudar tudo” (<https://www.youtube.com/watch?v=LCQJG0foWBE>). É necessário atentarmos, que as necessidades dos alunos do sistema público de ensino são correspondentes as desigualdades sociais de nosso Estado. E que mesmo que as promessas de internet grátis e distribuição de computadores ou *tablets* para os alunos da rede pública sejam cumpridas pela SEDUC-RS (e esse é um grande “SE”), consigam possibilitar o acesso de todos os alunos da rede pública estadual ao mundo *online*. São muitos os perigos para o ensino público democrático.

Não podemos deixar de antever as possibilidades da precarização do acesso ao ensino, a favor da construção de um sistema educacional utilitarista e simplesmente preocupado com a reprodução da lógica econômica neoliberal. Afinal:

Vivemos um período de naturalização da perda de avanços já havidos no campo da democratização da educação, o que não prejudica apenas a efetivação da gestão democrática nas escolas, mas também coloca em risco a construção de um projeto de país mais democrático em todos os sentidos (PERONI, 2015, p. 30).

Em nome do “corte de gastos”, se pode explicar muitas coisas, não só a diminuição e os atrasos salariais, mas também a transferência de parte ou de todo o ensino da escola pública, para o mundo *online*. Haja visto, o modo como a última e a atual gestão do governo do Estado, não tiveram pudores em parcelar salários dos funcionários e professores, assim como punir com cortes de ponto os profissionais que realizaram greves. Tudo em nome dos “cortes de gastos” e da melhor “eficiência” do ensino público. Parece que caberá ainda aos professores, que além de seus afazeres profissionais, assumam a responsabilidade ética e política de defenderem o acesso universal à educação, ao sistema de ensino público, a dignidade trabalhista dos funcionários e os direitos civis dos alunos, em nossa sociedade.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CANCLINI, Néstor G. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CANDIDO, Darlan da Silva et. al. Evolution and epidemic spread of SARS-CoV-2 in Brazil. **MedRxiv**, jun., 2020. Disponível em: <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.06.11.20128249v2>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CRUZ, Jairo A; SARAIVA, Karla. da. Programas Trainees Corporativos e o Governo das Almas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.42, n.145, p. 30-47, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://>

publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/44. Acesso em: 31 jul. 2020.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 4, pp. 143-157, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2357>. Acesso em: 31 jul. 2020.

DEFINIÇÃO de Capital Humano nas empresas e sua importância. **Kenoby**, São Paulo, c2020. Disponível em: <https://kenoby.com/blog/capital-humano/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

EISENHAMMER, Stephen; STARGARDTER, Gabriel. Special Report: Bolsonaro brought in his generals to fight coronavirus. Brazil is losing the battle. **Reuters**, Londres, 26 de mai. de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-brazil-response-sp/special-report-bolsonaro-brought-in-his-generals-to-fight-coronavirus-brazil-is-losing-the-battle-idUSKBN2321DU>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT. **Microfísica do Poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FUMAGALLI, Andrea. O biopoder e os mercados financeiros. Entrevista especial com Andrea Fumagalli. [Entrevista concedida a] Graziela Wolfart. **IHU On-Line**, São Leopoldo, 13 mai. de 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/520058-o-biopoder-exercido-pelos-mercados-financeiros-entrevista-especial-com-andrea-fumagalli>. Acesso em: 28 jul. 2020.

GOVERNO anuncia suspensão das aulas da rede estadual a partir da quinta-feira (19/3). **Portal do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 16 de mar. de 2020. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-anuncia-suspensao-das-aulas-da-rede-estadual-a-partir-da-quinta-feira-19-3>. Acesso em: 25 jun. 2020.

HAMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Ecopolítica**, São Paulo, v. 3, p. 99-133, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/12910>. Acesso em: 31 jul. 2020.

HARDT, Michel; NEGRI, Antônio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HEGEL, G. W. F. **O Sistema de vida ética**. Lisboa: Edições 70, 1991.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

LEAL, Antônio F. **Aprender a empreender: um pilar na Educação de Jovens e Adultos (a experiência do SEBRAE)**. 2009. 143 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2009.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editora, 2007.

MATOS, Maria A. P. **Biopolítica e Educação: desafios da inclusão escolar das pessoas com deficiência no neoliberalismo**. 2019. 84 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação)

- Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

MARIANO, Tailson E. et al. Evidências Psicométricas do Questionário de Engajamento em Mídias Sociais. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 2, pp. 115-128, dez. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-50272019000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272019000200009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 jul. 2020.

NOULA, Ioanna. Pensamento crítico e desafios na educação para a cidadania democrática: um estudo etnográfico em escolas de ensino fundamental na Grécia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 865-886, jul/set. 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362018000300865&script=sci\\_arttext&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362018000300865&script=sci_arttext&lng=pt). Acesso em: 31 jul. 2020.

OLIVEIRA, Danielle P. de. **Educação para o consumo no cotidiano escolar: um estudo de representações sociais**. 2015, 253 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PERONI, Vera M. V. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera M. V. (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 15-34.

TONDIN, Celso F. et al. Prática pedagógica e relação professor-aluno em cursinhos. **PSI UNISC**, v. 2, n. 1, p. 90-104, jan. 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/11122#:~:text=A%20segunda%20categoria%2C%20pr%C3%A1tica%20pedag%C3%B3gica,aproxima%C3%A7%C3%A3o%20entre%20os%20corpos%20docente>. Acesso em: 31 jul. 2020.

TV SEDUC-RS. **Jornada de Atualização Pedagógica - 2020 Novo Cálculo da Rota**. 2020. (1h10min29s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=LCQJG0foWBE&ab\\_channel=TVSeducRS](https://www.youtube.com/watch?v=LCQJG0foWBE&ab_channel=TVSeducRS). Acesso em: 05 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Jornada de Atualização Pedagógica - Metodologias Ativas. 2020**. (1h5min10s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=e4BlgRdFeXQ&t=513s&ab\\_channel=TVSeducRS](https://www.youtube.com/watch?v=e4BlgRdFeXQ&t=513s&ab_channel=TVSeducRS). Acesso em: 31 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Letramento Digital - Aula 01 (Visão Geral do Google Sala de Aula)**. 2020. (1h58s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=431RG\\_ZpPOk&t=24s](https://www.youtube.com/watch?v=431RG_ZpPOk&t=24s). Acesso em: 29 jul. 2020.

VIDAL, Francismo A. B., SANTOS, Joselias L. Comportamento empreendedor do gerente proprietário influenciando na vantagem competitiva de uma empresa varejista de médio porte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2003. Atibaia. **Anais...**, Atibaia: ENANPAD, 2003.

Recebido em 31 de julho de 2020.  
Aceito em 11 de outubro de 2021.